

MEJÍA, Pilar; DANWERTH, Otto; ALBANI, Benedetta (eds.) (2020). *Normatividades e instituciones eclesiásticas en el Nuevo Reino de Granada, siglos XVI–XIX* (Global Perspectives on Legal History 13). Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 278 pp., ISBN: 978-3-944773-24-7.

A obra *Normatividades e instituciones eclesiásticas en el Nuevo Reino de Granada* insere-se num projeto do Instituto Max Planck para a História do Direito Europeu que visa a promoção e divulgação de pesquisas sobre a justiça eclesiástica em territórios coloniais. A partir da reunião de investigadores em seminários e encontros deste Instituto, foram organizados três volumes que contemplam diferentes perspectivas e tipos de normatividade eclesiástica nos espaços da Nova Espanha (volume 1), do Peru (volume 2) e de Nova Granada (volume 3). Mais do que identificar e analisar problemas de investigação, esta iniciativa visa sobretudo observar o estado de investigação e mobilizar jovens investigadores para a reflexão e levantamento de questões sobre a temática proposta.

O terceiro volume dessa coleção, editado por Pilar Mejía, Otto Danwerth e Benedetta Albani, apresenta uma grande diversidade de artigos. Apresenta problemas, fontes e metodologias distintas, que colocam em foco a instituição eclesiástica no Reino de Nova Granada. Embora a concentração geográfica, o recorte temporal deste volume é amplo. Os capítulos estão organizados de forma cronológica, compreendendo o período colonial até o início do período republicano, isto é, do século XVI ao XIX.

Na apresentação, Mejía e Danwerth sublinham a relevância, para a pesquisa historiográfica, dos projetos e seminários promovidos pelo Instituto Mark Planck. Um dos seus méritos é possibilitar a comparação de diferentes perspectivas sobre as normatividades e instituições eclesiásticas e considerar tanto os aspetos gerais, quanto as particularidades locais. Demonstra-se que a América Espanhola e, sobretudo, o território neogranadino, são um espaço oportuno para análise de múltiplos temas, com diversos tipos de abordagens por causa das suas diversidades – sociais, culturais, linguísticas e territoriais.

No primeiro artigo, *La distancia entre el centro y la periferia en la implementación de políticas lingüísticas en el Nuevo Reino de Granada, 1574-1625*, Juan Fernando Cobo Betancourt aproveita-se de estudos de caso sobre políticas linguísticas na evangelização dos indígenas neogranadinos para refletir sobre a distância entre as perspectivas do governo central e as realidades da situação colonial. A implementação de uma língua franca indígena mostrou-se falha na

evangelização a cargo de missionários e do clero secular, durante o arcebispado de Luis Zapata de Cárdenas. Por não compreender a complexidade do panorama linguístico, a legislação deixava espaço para estratégias personalizadas de evangelização por parte das autoridades eclesiásticas locais. A existência dessas práticas particulares, constata o autor, foi, de forma gradual, reconhecida e regulamentada por novas políticas do centro do poder.

A evangelização dos indígenas também foi tema de fundo do artigo de Andrés Castro Roldán. Em *Evangelización de índios y secularización del clero: una mirada a las políticas jesuitas en el Nuevo Reino de Granada (1605-1650)*, estuda as relações entre poderes – central e local, político e religioso – para um debate sobre a Companhia de Jesus e a sua conduta na observância das reformas do Concílio de Trento. O autor percebe uma posição contraditória entre os jesuítas, confrontados em aplicar uma normatividade que limitava seus privilégios. Tendo em conta estudos de trajetórias, como a do padre Martín de Funes, Roldán evidenciou divisões internas da Companhia sobre seguir diferentes práticas em relação à organização missionária e do padroado régio.

Fundamentado nas informações de legitimidade e limpeza de sangue dos candidatos ao *Real Colegio Mayor* e *Seminario de San Bartolomé de Santafé*, o terceiro artigo, da autoria de Juana María Marín Leoz, tem o título “*Virtud, letras y conocida sangre; siendo hijo de muy buenos padres*”. *Informaciones de los colegiales de San Bartolomé, 1689-1808*. Leoz realiza uma extensiva análise, quantitativa e qualitativa, com o objetivo de identificar características (ou perfis) dos candidatos ao clero e comparar as suas transformações ao longo das décadas. Considera-se, nessa investigação, a relevância social das candidaturas. A frequência no Colégio ou Seminário era uma forma de legitimar o poder das elites locais e da instituição, sobretudo num período de mudanças na sua tutela devido à expulsão da Companhia de Jesus da América Espanhola. O mérito de Juana María acaba por ser o de perceber mudanças significativas nas informações obtidas e relacioná-las com as diferentes estratégias que se desenrolaram em cada momento da história colonial.

O artigo *El régimen disciplinario en el Convento San José de Cartagena de Indias, 1750-1832*, assinado por Fabián Leonardo Benavides Silva e Andrés Mauricio Escobar Herrera, incide sobre um momento de reforma e introdução do clero regular nas práticas regalistas a partir da *Real Instrucción* de 1769. Os autores utilizam visitas pastorais, realizadas em 1777 e em 1788, para identificar o estado da disciplina monástica e analisar as reformas executadas. A escolha do convento de Cartagena das Índias, cidade comercial e com grande circulação de pessoas, coloca em questão um conjunto de faltas do corpo clerical e as circunstâncias de promoção e fracasso de regramentos internos.

A reação do clero dominicano às práticas do regalismo da casa de Bourbon também foi o tema do artigo de William Elvis Plata, “*Dios está muy alto y el Rey vive muy lejos*”. O de cómo los dominicos neogranadinos afrontaron las Reformas Borbónicas (1750-1800). Nele procura verificar a hipótese que a reforma borbónica concentrou-se no grupo que considerava mais organizado e resistente, o clero regular. Cerceamentos em relação ao doutrinação e conversão de comunidades locais, regramentos e fiscalizações realizadas durante visitas pastorais foram estratégias parcialmente sucedidas. Os dominicanos, nota o autor, conseguiam contornar medidas que eram consideravelmente opostas às suas práticas. Apesar disso, a secularização da educação, uma das principais políticas defendidas pela casa de Bourbon, afligiu um eixo central da atuação do clero regular e foi bem sucedida na desmoralização da comunidade dominicana do Reino de Nova Granada.

Julián Andrei Velasco Pedraza examinou essa mesma conjuntura reformista, embora sobre a ótica das receitas e despesas das paróquias neogranadinas. No seu artigo, intitulado *Administra la fe: administración parroquial y régimen de obvenciones en el Nuevo Reino de Granada (villas de San Gil y Socorro, 1780)*, o autor observou em detalhe as relações de contas paroquiais, constatando serem um espaço de reclamações e reivindicações por parte do clero local. A relevância deste artigo está em levantar questões e hipóteses sobre diferentes realidades paroquiais, utilizando uma fonte por vezes conduzida apenas por um viés económico.

Partindo para o contexto oitocentista, Andrés Botero Bernal propõe-se a analisar as fórmulas de juramento em processos judiciais, sobretudo como elas se transformaram ao longo do século, revelando as marcas de um contexto de secularização. Um dos argumentos principais deste estudo é o de que o juramento processual, desempenhava uma função cultural na sociedade neogranadina. O valor simbólico das provas testemunhais e os juramentos veiculados ao sagrado mudava com a criação de mecanismos laicos de controle e sanção sobre a mentira, como o perjúrio, e a valorização das provas processuais. Este movimento, o autor constata, representa o lento afastamento da influência religiosa sobre o poder judicial.

O volume prossegue com o artigo *Estado-Iglesia em Colombia en el siglo XIX. Propuestas de revisión*, da autoria de José David Cortés Guerrero. Aí se conta da difícil missão de revisar a historiografia sobre a Igreja colombiana no século XIX e provocar investigadores com novas questões e metodologias sobre o tema. Crítico de uma História da Igreja tradicional, positivista, escolhe quatro principais processos históricos para serem revisitados em investigações mais complexas: o padroado assumido pela República, em 1824; o reconhecimento,

por parte da Santa Sé, da independência da Colômbia, em 1835; a separação do Estado e da Igreja, ocorrida em 1853; e a *Concordata* realizada com a Santa Sé, em 1887.

As diferentes posturas políticas criadas sobre a relação entre o Estado e a religião foi objeto de atenção do *último artigo desta obra*. Sob o título *La cuestión religiosa en los lenguajes políticos durante la crisis de la sociedad colonial venezolana (1810-1830)*, Guillermo Tell Aveledo Coll, pretende entender as conexões entre a linguagem política e as transformações institucionais. O artigo segue cinco narrativas políticas sobre o problema do Estado-Igreja e identifica o uso desses discursos na legislação venezuelana, demonstrando como o discurso político influenciou sobre diversas questões religiosas, como o padroado e a liberdade de culto, no contexto da constituição da Venezuela.

Em síntese, este livro *é um bom contributo para a história eclesiástica*, por apresentar novas e originais problemáticas. Exibe, lado a lado, estudos sobre distintos aspetos da Igreja Católica, contemplando investigações sobre o clero secular e regular. Essa diversidade de temas, metodologias e fontes é surpreendente em obras sobre instituições eclesiásticas, mas necessária para promover visões mais globais sobre as regiões estudadas. É uma obra original, envolve investigadores criativos, levanta questões pertinentes e abre múltiplos caminhos de investigação. O volume *Normatividades e instituciones eclesiásticas en el Nuevo Reino de Granada, siglos XVI-XIX* e, de uma forma geral, as iniciativas do Instituto Max Planck, têm sido de extrema importância no incentivo, dentro e fora do mundo hispânico, de novos movimentos e pesquisas sobre a história eclesiástica nos espaços coloniais.

RAFAELA ZANOTTO CASAGRANDE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Universidade de Coimbra, CHSC

rafaelazcasagrande@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0669-3333>

